

Por que a operação policial no Jacarezinho não será a mais letal da história do Rio?

Parte da sociedade apoia letalidade policial, pois considera que essa é a função da polícia. No caso, trata-se de estratégia de policiamento e uma arma política de alguns poderosos



Alexandre Pereira da Rocha

12 de maio de 2021

Mais uma operação policial numa favela do Rio de Janeiro com mortes. Ao todo, 28 vítimas, sendo um policial civil e 27 suspeitos. A ação policial ocorreu na comunidade do Jacarezinho e foi realizada pela Polícia Civil do Rio de Janeiro (PCRJ) com a finalidade de coibir o tráfico de drogas e as milícias. Apesar das mortes, um delegado da área operacional da PCRJ alegou que a ação foi exitosa, pois apreendeu armas, drogas, cumpriu mandados e trouxe segurança aos moradores do Jacarezinho. Por isso, ele vaticinou: outras operações policiais semelhantes virão. Com efeito, por parte da PCRJ, na citada operação no Jacarezinho, não houve excessos, extermínios, falhas; enfim, tudo transcorreu dentro da legalidade, planejamento e normalidade.

De acordo com dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ), em 2020, por intervenção de agente do Estado, foram mortas 1.245 pessoas, o que equivale a 23% dessas mortes ocorridas no país. Ademais, segundo estudos da Rede de Observatório da Segurança, também em 2020, foram realizadas 819 operações policiais; sendo que 60% delas se deram depois da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a qual restringiu ações policiais em favelas cariocas durante a pandemia de Covid-19. Nessas operações ocorreram 207 mortes, o que corresponde a 16% das mortes por intervenção de agentes do Estado em contextos de operações policiais. Esses números sugerem que a política de segurança pública do Rio de Janeiro possui como uma de suas características a letalidade. O resultado disso é uma montanha de corpos: 19.846 mortes por agentes do Estado, desde 2000, conforme dados do ISP-RJ.

É fato. Essa quantidade superlativa e constante de mortes não é só coisa de polícia. Portanto, não é algo que se resolva apenas com punições de agentes envolvidos ou da destituição de dirigentes das polícias. Note-se: no Rio de Janeiro há componente político que promove ou tolera violência policial, tanto que é comum ver autoridades públicas do estado tecendo apologia à letalidade policial. A título de exemplo, ficou icônica a postura do ex-governador Wilson Witzel, entre pulos e gargalhadas, celebrando a morte de um delinquente numa ação policial. Pior. Há indícios de que essa dimensão política seja parte de uma complexa rede de relações envolvendo agentes do estado, milícias, traficantes de drogas e armas, facções criminosas. Por tudo isso, embora as polícias cariocas sejam as responsáveis imediatas pela letalidade, elas são a face mais visível de uma engrenagem que movimenta o intrincado mercado de ilegalidades e disposição do crime no Rio de Janeiro.

A quantidade de mortes da operação da PCRJ do Jacarezinho é acentuada: numa única incursão policial foram registradas aproximadamente 13% de todas as mortes de 2020, em circunstâncias semelhantes no estado. Contudo, não é por esse prisma que a polícia analisa a referida operação. Segundo relato da instituição, o resultado preliminar da ação do Jacarezinho é: 6 pessoas presas, apreensões de 16 pistolas, 6 fuzis, 12 granadas, 1 submetralhadora, 1 escopeta e várias munições. Quanto às mortes dos suspeitos, por ora, um dirigente da PCRJ se limitou a informar que a maioria possuía antecedente criminal ou ligação com o tráfico de drogas. A componente letalidade, portanto, não faz parte dos critérios de mensuração sobre a integridade das operações policiais.

A PCRJ não está sozinha nesse diagnóstico. É fato. Em diversos segmentos da sociedade brasileira há apoio expresso à letalidade policial, pois se considera que é função da polícia exterminar bandidos. Desse modo, um levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2016, apontou que cerca de 60% dos brasileiros concordam com a frase “bandido bom é bandido morto”. Ademais, no âmbito das redes sociais policiais, têm-se multiplicado mensagens de apoio à operação da PCRJ, justamente pelas mortes dos presumíveis criminosos. Inclusive, pela ação no Jacarezinho, a polícia civil carioca foi parabenizada pelo próprio presidente da República Jair Bolsonaro. Por tudo isso, o evento morte de suspeitos não é considerado falha nas ações policiais, logo não é problema a ser discutido sobre o papel das polícias no enfrentamento da criminalidade.

É triste, apesar da morte do policial civil André de Mello Frias, do resultado questionável de apreensões frente à quantidade de mortes, da suspeita de execuções sumárias que pesa sobre os policiais, da revolta dos parentes das vítimas e moradores da comunidade; a operação no Jacarezinho dificilmente servirá como ponto de inflexão para as atuações da PCRJ, bem como para

outras forças de segurança cariocas. Ademais, é pouco provável que esse trágico evento fomente vontade política ampla em avaliar criticamente o uso da força letal nas atividades policiais, seja no Rio de Janeiro ou em nível nacional.

Enfim, por mais trágica que tenha sido a ação policial no Jacarezinho, lamentavelmente ela tem tudo para não ser a mais letal da história do Rio de Janeiro. Isso por que os arranjos que justificam a letalidade policial no estado se mantêm inabalados e operando com média de 916 mortes/ano, desde 2000. Nessa lógica, a sangrenta operação no Jacarezinho não foi evento atípico no Rio de Janeiro; porém, mais uma evidência de que aí a letalidade é estratégia de policiamento, bem como arma política de alguns poderosos.

Alexandre Pereira da Rocha

Doutor em Ciências Sociais (UnB) e Policial Civil do Distrito Federal. Membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

<https://www.fontesegura.org.br/profissao-policia/v6qezsy9s7>

